

NOTA INTRODUTÓRIA

A Classificação Portuguesa de Actividades Económicas, Revisão 3, abreviadamente designada por CAE-Rev.3, elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) com a colaboração de cerca de duas centenas de entidades, envolvendo a Administração Pública, os Parceiros Sociais e, pontualmente, as Empresas, destina-se a substituir a CAE-Rev.2.1.

A CAE-Rev.3, cuja estrutura foi publicada no Diário da República a coberto do Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de Novembro, estabelece o novo quadro das actividades económicas portuguesas, harmonizado com a Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas na Comunidade Europeia (NACE-Rev.2), no âmbito do Regulamento da (CE) nº 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006.

As alterações estruturais em relação à CAE-Rev.2.1 são significativas e decorrem da adaptação da NACE-Rev.2 ao Sistema Estatístico Nacional (SEN) e da necessidade de uma estruturação mais ajustada à actual organização económico-social nacional.

As tabelas de equivalência entre as CAE-Rev.2.1 e a CAE-Rev.3, incluídas em capítulo próprio desta publicação, procuram dar uma ideia das principais alterações entre as duas classificações a nível da Subclasse (nível mais elementar). Para informações mais desenvolvidas para este nível e os restantes níveis superiores aconselha-se a consulta do site do INE: www.ine.pt.

As notas explicativas apresentam também desenvolvimentos de relevante importância para efeitos duma maior autonomia e coordenação na aplicação da CAE-Rev.3 e no apoio à análise estatística.

Esta publicação, para mais fácil consulta, encontra-se dividida em cinco partes: Apresentação Geral; Estrutura; Notas Explicativas; Tabelas de Equivalência; e Textos Jurídicos.

No site do INE acima referido poderá também aceder à informação contida nesta publicação relativa à CAE-Rev.3.

O INE aproveita este espaço para agradecer a todos quantos participaram neste árduo e complexo trabalho de concepção desta importante classificação para o Sistema Estatístico Nacional e o País, esperando que seja menos imperfeita do que a anterior classificação.

PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS

CAE	Classificação das Actividades Económicas Portuguesa por Ramos de Actividade
CAE-Rev.1	Classificação das Actividades Económicas Portuguesa por Ramos de Actividade - Revisão 1
CAE-Rev.2	Classificação Portuguesa das Actividades Económica - Revisão 2
CAE-Rev.2.1	Classificação Portuguesa das Actividades Económica - Revisão 2.1
CAE-Rev.3	Classificação Portuguesa das Actividades Económicas - Revisão 3
CE	Comunidade Económica
CEE	Comunidade Económica Europeia
CITA	Classificação Internacional Tipo, por Indústria, de todos os Ramos de Actividade Económica (em francês CITI e em Inglês ISIC)
CITA-Rev.3	Classificação Internacional Tipo, por Indústria, de todos os Ramos de Actividade Económica - Revisão 3
CITA-Rev.3.1	Classificação Internacional Tipo, por Indústria, de todos os Ramos de Actividade Económica - Revisão 3.1
CITA- Rev.4	Classificação Internacional Tipo, por Indústria, de todos os Ramos de Actividade Económica – Revisão 4
CNBS	Classificação Nacional de Bens e Serviços
CNE	Conselho Nacional de Estatística
CSE	Conselho Superior de Estatística
EUROSTAT	Serviços de Estatística da Comunidade Europeia
INE	Instituto Nacional de Estatística
NACE	Nomenclatura Geral das Actividades Económicas das Comunidades Europeias
NACE-Rev.1	Nomenclatura Geral das Actividades Económicas das Comunidades Europeias - Revisão 1
NACE-Rev.1.1	Nomenclatura Geral das Actividades Económicas das Comunidades Europeias - Revisão 1.1
NACE-Rev.2	Nomenclatura Geral das Actividades Económicas das Comunidades Europeias - Revisão 2
ONU	Organização das Nações Unidas
SEC	Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas
SEN	Sistema Estatístico Nacional
VAB	Valor Acrescentado Bruto

Esclarecimentos sobre a CAE-Rev.3

Dra. Arminda Brites – Tel 218426100 - e.mail: arminda.brites@ine.pt
Verediana Leonardo – “ - e.mail: veridiana.leonardo@ine.pt

ÍNDICE SISTEMÁTICO

* Nota Introdutória.....	3
* Siglas	4
* Esclarecimento aos Utilizadores	4
* Índice Sistemático	5
* Apresentação Geral	7
1... Nota Histórica	9
2... Objectivos	10
3... Como utilizar melhor esta Classificação.....	10
4... Correspondência entre a CAE-Rev.3 e a CAE-Rev.2.1.....	11
5... Correspondência entre a CAE-Rev.3, NACE-Rev.2 e CITA-Rev.4	12
6... Sistema de Codificação	13
7... Delimitação de Âmbitos	15
8... Actividades Principal, Secundária e Auxiliares.....	15
9... Unidades Estatísticas	17
10. Classificação das Unidades Estatísticas.....	19
11. Mudança de Actividade numa Unidade Estatística	27
12. Aspectos relevantes a nível das grandes categorias (Secção).....	27
13. Regras gerais de compreensão	32
14. Definições e conceitos com interesse específico	32
15. Quadro de aplicação e de gestão.....	35
* Estrutura	37
* Notas Explicativas.....	77
* Tabelas de Equivalência CAE-Rev.2.1 ⇔ CAE-Rev.3	351
* Anexos.....	377
- Regulamento (CE) nº 1893/2006, relativo à NACE-Rev.2	
- Decreto-Lei nº 381/2007, relativo à CAE-Rev.3	
- 327ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística	

APRESENTAÇÃO GERAL

1 NOTA HISTÓRICA

A primeira versão da Classificação Portuguesa de Actividades (CAE) publicada remonta ao ano de 1953 e resultou de uma tradução, da responsabilidade do INE, da Classificação Internacional Tipo de Todos os Ramos de Actividade Económica, abreviadamente designada por CITA, editada em 1949 pelos Serviços de Estatística das Nações Unidas, sob a cota ST/STAT/SER.M/4.

A CITA foi objecto de uma primeira revisão para uma melhor adaptação à realidade económica mundial, tendo a ONU publicado em 1958, sob a cota ST/STAT/SER.M/4/Rev.1, uma versão rectificada e actualizada (CITA-Rev.1).

A edição da CITA-Rev.1 levou o INE a empreender, de novo, a sua tradução para português, tendo-a submetido posteriormente à apreciação de várias entidades públicas e privadas. Das contribuições recebidas resultaram modificações ao projecto inicial do INE, que o publicou em 1961, após aprovação prévia dos Serviços de Estatística das Nações Unidas.

A experiência com a execução dos trabalhos estatísticos revelou que a tradução da CITA-Rev.1 era insuficiente para responder às necessidades nacionais, tendo publicado em 1964 a primeira CAE adaptada à realidade económica portuguesa, elaborada a partir da CITA-Rev.1, após aprovação de várias entidades públicas e privadas.

Em 1969, os Serviços de Estatística das Nações Unidas publicaram, sob a cota ST/STAT/SER.M/4/Rev.2, a segunda revisão da CITA (CITA-Rev.2), tendo o INE, sempre atento às necessidades portuguesas nesta matéria, decidido igualmente proceder à sua tradução e publicação em 1970, após aprovação dos Serviços de Estatística da ONU.

Como a tradução para português da CITA-Rev.2 não respondia às necessidades nacionais, o Conselho Nacional de Estatística (CNE) encarregou uma Comissão de conceber uma nova CAE a partir da CITA-Rev.2, tendo o INE, após aprovação do CNE, publicado em 1973 a CAE-Rev.1.

Em Outubro de 1978, face à necessidade de ajustar o sistema de informação estatística nacional às exigências em matéria estatística derivadas da futura adesão de Portugal à CEE, o CNE, através da 11ª Resolução, criou um Grupo de Trabalho com o mandato de rever a CAE-Rev.1/73 à luz da Nomenclatura Geral de Actividades Económicas da CEE (NACE) de 1970 e criar uma Classificação Nacional de Bens e Serviços (CNBS). Este Grupo de Trabalho, transformado posteriormente pelo CNE em Subcomissão Especializada da CAE/CNBS, concluiu, em 1985, os trabalhos de uma nova CAE harmonizada com a NACE e da CNBS. Estes projectos não foram aprovados nem adoptados por as actividades do CNE terem sido suspensas no início de 1986.

Na sequência do Regulamento (CEE) nº 3037/90 do Conselho, de 9 de Outubro, relativo à Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas Europeias (NACE-Rev.1), o INE, em colaboração com cerca de centena e meia de entidades, elaborou a CAE-Rev.2, integrada na NACE-Rev.1 e harmonizada, tanto quanto possível, com a CAE-Rev.1/73 e com o projecto da CAE/85 que não chegou a ser aprovado pelo CNE.

A CAE-Rev.2, foi aprovada em Dezembro de 1991, pela 32ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística (CSE), e pela Comissão da CEE (EUROSTAT), nos termos do n.º 3 do art.º 3 do Regulamento (CEE) n.º 3037/90, tendo sido publicada no Diário da República, a coberto do Decreto-Lei n.º 182/93, de 14 de Maio.

A CAE-Rev.2.1, aprovada em Novembro de 2002, pela 241ª Deliberação do CSE e pela Comissão nos termos do Regulamento n.º 29/2002, tendo sido publicada posteriormente no Diário da República a coberto do Decreto-Lei n.º 197/2003, de 27 de Agosto.

A CAE-Rev.3, aprovada pela 327ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística de 19 de Março de 2007, pela Comissão (Eurostat) nos termos do Regulamento (CE) n.º 1893/2006 e posteriormente publicada no Diário da República pelo Decreto-lei n.º/2007, ...de....., está harmonizada com as últimas classificações das Nações Unidas (CITA-Rev.4) e da União Europeia (NACE-Rev.2), potenciando-se assim o valor acrescentado desta classificação.

2 OBJECTIVOS

A presente nomenclatura de actividades económicas pretende dar resposta aos seguintes objectivos principais:

- Classificação e agrupamento das unidades estatísticas produtoras de bens e serviços (com ou sem fins lucrativos), segundo a actividade económica;
- Organização, de forma coordenada e coerente, da informação estatística económico-social, por ramo de actividade económica, em diversos domínios (produção, emprego, energia, investimento, etc.);
- Comparabilidade estatística a nível nacional, comunitário e mundial.

A estrutura, conceitos e notas explicativas da CAE-Rev.3 são, no essencial, o resultado, por um lado, da harmonização imposta pelo Regulamento NACE-Rev.2 e, por outro, da conciliação de interesses e de necessidades nacionais a satisfazer face às condições actuais de organização económica e à previsão da sua evolução no médio prazo.

Os objectivos da CAE-Rev.3 são essencialmente estatísticos, embora possa ser utilizada para fins não-estatísticos. Neste sentido, os princípios básicos da sua construção, o tipo de unidades estatísticas a que se aplica, as regras de classificação e a determinação da actividade principal, entre outros aspectos, estão subordinados aos objectivos estatísticos.

3 COMO UTILIZAR MELHOR ESTA CLASSIFICAÇÃO

A CAE-Rev.3 apresenta desenvolvimentos importantes, em quase todas as partes, em relação à versão precedente e foi cuidadosamente preparada para ser utilizada por leitores mais ou menos familiarizados com as especificidades técnicas destas matérias.

A experiência tem demonstrado que as matérias aqui incluídas exigem uma leitura atenta para melhor satisfazer os interesses de cada utilizador, revestindo de particular importância os destaques incluídos neste capítulo da Apresentação Geral.

As matérias apresentam-se arrumadas em compartimentos o que leva muitas vezes os utilizadores a não terem uma preocupação de apreender a classificação como um todo, situação que não permite obter os melhores resultados.

Apesar de não se apresentar tarefa fácil propor um método de consulta para tirar o maior proveito desta classificação, a experiência revela que só a leitura repetida e aprofundada, em particular, dos princípios, conceitos e métodos incluídos na Apresentação Geral permite compreender e potenciar os resultados a alcançar com esta classificação.

A par da leitura da Apresentação Geral, recomenda-se a utilização do Índice Alfabético (concebido para assegurar uma maior coordenação na atribuição da CAE-Rev.3 às unidades estatísticas) e as Tabelas de Equivalência pela sua importância na ligação das séries estatísticas.

4 CORRESPONDÊNCIA ENTRE A CAE-REV.3 E A CAE -REV.2.1

As diferenças entre a CAE-Rev.3 e a CAE-Rev.2.1 são extensas e decorrem, fundamentalmente, da necessidade de harmonização da CAE-Rev.3 ao Regulamento (CE) nº 1893/2006, de 20 de Dezembro, relativo à NACE-Rev.2.

Comparando o número de actividades por nível, de acordo com o quadro que a seguir se apresenta, constata-se a existência de diferenças sensíveis, no número de actividades compreendidas em cada nível.

Nível CAE	Alfabético		Numérico			
	Uma letra	Duas letras	Dois dígitos	Três dígitos	Quarto dígitos	Cinco dígitos
CAE-Rev.3	21	-	88	272	616	850
CAE-Rev.2.1	17	31(1)	62	224	515	719

(1) Só 16 têm código duplo alfabético real. As restantes decorrem, por definição, da Secção (ex: Secção A = Subsecção AA).

Embora não seja possível a partir deste quadro estabelecer qualquer correspondência de âmbito para os níveis em que há diferenças de actividades, pode, contudo, concluir-se o seguinte:

- A CAE-Rev.3 tem menos um nível do que a CAE-Rev.2.1;
- Todos os níveis da CAE-Rev.3 apresentam um número de posições superior ao da CAE-Rev.2.1, obtendo-se desta forma ganhos de homogeneidade importantes;
- As diferenças nos níveis uma letra (Secção), dois dígitos (Divisão), três dígitos (Grupo) e quatro dígitos (Classe) decorrem da NACE-Rev.2 e no nível cinco dígitos (Subclasse) de ajustamentos às necessidades nacionais;
- O nível Subclasse apresenta mais 131 posições do que a CAE-Rev.2.1, permitindo obter dados estatísticos mais relevantes e homogéneas em termos de actividade económica.

Numa visão cruzada do nível mais agregado (Secção) da CAE-Rev.3 e da CAE-Rev.2.1, como se depreende do quadro seguinte, verifica-se que mesmo neste nível são sensíveis as diferenças e que só três Secções mantêm universos directamente equivalentes.

CAE-Rev.3 \ CAE-Rev.2.1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U
A																					
B																					
C																					
D																					
E																					
F																					
G																					
H																					
I																					
J																					
K																					
L																					
M																					
N																					
O																					
P																					
Q																					

As diferenças de âmbito, entre as duas classificações, podem ser melhor entendidas a partir das "Tabelas de Equivalência CAE-Rev.2.1 \Leftrightarrow CAE-Rev.3", publicadas em versão simplificada em capítulo próprio desta publicação e no site do INE: www.ine.pt.

5 CORRESPONDÊNCIA ENTRE A CAE-REV.3, NACE-REV.2 E A CITA-REV.4

O grau de detalhe das nomenclaturas económicas é variável de país para país e resulta, fundamentalmente, das diferenças de desenvolvimento e de organização económica.

Enquanto as classificações internacionais pretendem conciliar as diferentes necessidades a partir de um quadro de categorias económicas mínimo comum, que garanta a comparabilidade dos países a nível internacional, as classificações nacionais procuram, para além da comparabilidade internacional, uma boa adaptação à realidade económica do país.

A CAE-Rev.3, no sentido de garantir de forma eficaz a comparabilidade estatística a nível internacional, adoptou um sistema integrado de concepção em relação à NACE-Rev.2 e à CITA-Rev.4, quer quanto à estrutura de codificação, quer quanto aos conceitos e metodologias subjacentes a cada uma destas nomenclaturas.

A escolha do sistema de estruturação da CAE-Rev.3 reside, por um lado, na necessidade de facilitar a comunicação e o desenvolvimento estatístico no âmbito comunitário e, por outro lado, de se considerar fundamental tender para a uniformização de nomenclaturas a nível comunitário e mundial.

O maior ou menor grau de integração entre a CAE-Rev.3, a NACE-Rev.2 e a CITA-Rev.4 é facilmente evidenciado no quadro que a seguir se apresenta:

Nível Nomenclatura	Alfabético	Numérico			
	Uma Letra	Dois dígitos	Três dígitos	Quarto dígitos	Cinco dígitos
CAE-Rev.3	21	88	272	616 ⁽¹⁾	850
NACE-Rev.2	21	88	272	615	-
CITA-Rev.4	21	88	238	419	-

⁽¹⁾ A CAE-Rev.3 tem mais uma Classe do que a NACE-Rev.2 por ter desagregado os estabelecimentos hoteleiros com e sem restaurantes (551)

A partir deste quadro resumem-se a seguir as principais relações entre as três classificações de actividades económicas:

- A CAE-Rev.3 está concebida a partir do último nível da NACE-Rev.2 (quatro dígitos), adoptando todos os seus níveis superiores, isto é, a correspondência entre a CAE-Rev.3 e a NACE-Rev.2 é directa;
- A correspondência entre a CAE-Rev.3 e a CITA-Rev.4 é directa no nível alfabético comum (uma letra) e no primeiro nível numérico (dois dígitos), sendo a passagem para os níveis Grupo (três dígitos) e Classe (quatro dígitos) feita por tabela de equivalência;
- A passagem dos níveis CAE-Rev.3 e NACE-Rev.2 não directamente equivalentes à CITA-Rev.4 não envolve quebra de comparabilidade, uma vez que o detalhe suplementar corresponde a partes perfeitamente integráveis nos níveis três e quatro dígitos da CITA-Rev.4;
- A CAE-Rev.3 apresenta 5 níveis (mais um do que a NACE-Rev.2 e do que a CITA-Rev.4), sendo por consequência uma nomenclatura mais detalhada.

6 SISTEMA DE CODIFICAÇÃO

O sistema de codificação adoptado na CAE-Rev.3 pode dividir-se em duas partes: uma alfabética com um nível (Secção) e outra numérica com quatro níveis (Divisão, Grupo, Classe e Subclasse).

Na parte alfabética, as 21 Secções são codificadas com uma letra de A a U. A codificação numérica inicia-se no nível Divisão com dois dígitos, desce ao Grupo (nível com três dígitos), segue-se o nível Classe (4 dígitos) e termina na Subclasse (nível com 5 dígitos). A relação nível/número de dígitos depreende-se facilmente do esquema que a seguir se apresenta para a Subclasse 01111 (Cerealicultura).

01	1	1	1
Divisão	Grupo		Classe
Subclasse			

O nível Divisão começa com o código 01 e termina no código 99. A codificação da Divisão não respeita a ordem sequencial nem ocupa todas as posições de dois dígitos, situação que permite a criação de eventuais novas Divisões.

A codificação do Grupo é feita a partir do código da Divisão utilizando sequencialmente o sistema decimal (1 a 9). Nos casos em que o primeiro dígito da direita é zero, significa que a Divisão não foi subdividida em Grupos, mantendo nesta situação a Divisão e o Grupo a mesma designação e âmbito.

A Classe é codificada a partir do Grupo e a Subclasse da Classe, utilizando o sistema de codificação os mesmos critérios definidos para a codificação do Grupo.

Os níveis Secção, Divisão, Grupo e Classe (excepto no Grupo 551 por a NACE agregar os estabelecimentos hoteleiros com e sem restaurantes) da CAE-Rev.3 adoptaram a mesma codificação da NACE-Rev.2, excepto a inclusão de um ponto entre os dois dígitos da Divisão e os três do Grupo. Este pormenor gráfico permite saber de imediato se se está a trabalhar em NACE-Rev.2 ou em CAE-Rev.3.

Os níveis e as diferenças de codificação entre a CAE-Rev.3, a NACE-Rev.2 e a CITA-Rev.4 resumem-se no quadro seguinte:

Nível	Letras ou dígitos			Codificação (ex.)		
	CAE-Rev.3	NACE-Rev.2	CITA-Rev.4	CAE-Rev.3	NACE-Rev.2	CITA-Rev.4
Secção	1 letra	1 letra	1 letra	A	A	A
Divisão	2 dígitos	2 dígitos	2 dígitos	01	01	01
Grupo	3 dígitos	3 dígitos	3 dígitos	011	01.1	011
Classe	4 dígitos	4 dígitos	4 dígitos	0111	01.11	0111
Subclasse	5 dígitos	-	-	01111	-	-

Deste quadro podem tirar-se as seguintes principais conclusões:

- A CAE-Rev.3, a NACE-Rev.2 e a CITA-Rev.4 utilizam as mesmas designações para os níveis comuns;
- O sistema de codificação adoptado na CAE-Rev.3 é equivalente ao da NACE-Rev.2 para os níveis comuns, não traduzindo o ponto incluído na NACE-Rev.2 qualquer diferença de âmbito;
- Os sistemas de codificação da CAE-Rev.3, NACE-Rev.2 e CITA-Rev.4 são similares, embora os níveis Grupo e Classe da CITA-Rev.4 nem sempre apresentem uma correspondência de âmbito directa com a CAE-Rev.3 e a NACE-Rev.2.
- A CAE-Rev.3 tem mais um nível (Subclasse) do que a NACE-Rev.2 e a CITA-Rev.4.

A delimitação de cada actividade económica obedeceu a vários critérios. Os principais critérios adoptados na estruturação das actividades foram o processo tecnológico, a natureza da matéria-prima, o produto obtido e o serviço prestado.

Apesar da CAE-Rev.3 permitir a classificação de todas as actividades (mercado e não mercado ou com e sem fins lucrativos) há limites impostos pelos objectivos que se pretendem atingir e pela complexidade da realidade. Para uma melhor clarificação do âmbito desta nomenclatura, são importantes os aspectos que a seguir se apresentam:

- Não há, duma maneira geral, ligação entre a CAE-Rev.3 e a nomenclatura de profissões, embora algumas profissões (ofícios) correspondam, por vezes, à definição de certas actividades, em especial, nas profissões liberais;
- A combinação complexa de serviços, resultantes de várias actividades (ex: o turismo, que envolve transportes, alojamento, restauração, serviços recreativos e culturais, etc.) não tem uma posição definida na CAE-Rev.3.

Na recolha de dados sobre a actividade económica tem interesse avaliar a homogeneidade das actividades exercidas pelas unidades estatísticas classificadas numa dada posição da CAE-Rev.3.

Apesar dos cuidados postos na construção da CAE-Rev.3 ou em qualquer outra nomenclatura do mesmo âmbito, a homogeneidade só é na prática tendencialmente conseguida uma vez que as principais unidades estatísticas a que se aplica têm uma diversidade de actividades correspondendo, com frequência, a mais de um nível da classificação. Na realidade, embora cada nível da classificação, regra geral, inclua as unidades estatísticas que fornecem a maior parte do tipo de bens e serviços, outras unidades, classificadas num nível diferente, por imperativo dos critérios definitivos, podem produzir os mesmos bens e serviços.

A delimitação de âmbito foi um objectivo prosseguido nesta classificação mas, por dificuldades inerentes à complexidade do tecido económico, a homogeneidade terá de ser alcançada em muitas situações por resultados indirectos. As duas taxas mais importantes para calcular a homogeneidade das diversas categorias são a taxa de especialização e a taxa de cobertura. A taxa de especialização duma actividade económica define-se como a produção de bens e serviços desta actividade em relação ao conjunto da sua produção. A taxa de cobertura corresponde à produção de bens e serviços duma actividade em relação à produção total dos mesmos bens e serviços para o conjunto da economia.

8 ACTIVIDADES PRINCIPAL, SECUNDÁRIA E AUXILIARES

A actividade económica é o resultado da combinação dos factores produtivos (mão-de-obra, matérias-primas, equipamentos, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos factores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a actividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens e serviços).

Os bens e serviços resultantes duma determinada actividade económica podem destinar-se à venda, à permuta ou a uma prestação social, portanto, com ou sem fins lucrativos para a unidade que os produz.

As unidades produtoras dos bens ou serviços exercem, com frequência, mais de uma actividade, o que determina, em muitas situações, a necessidade de recorrer ao critério da actividade principal para classificar a unidade estatística.

A *actividade principal* corresponde à actividade que representa a maior importância no conjunto das actividades exercidas por uma unidade de observação estatística.

A determinação da actividade principal pressupõe, portanto, o conhecimento prévio das várias actividades da unidade a classificar e a fixação de um indicador económico de ponderação das actividades.

A nível da NACE-Rev.2 está determinado que a variável ideal para a ponderação da actividade principal é o valor acrescentado ao custo dos factores.

As dificuldades práticas de utilização do valor acrescentado como ponderador da actividade principal levam à necessidade de encontrar variáveis alternativas. A nível internacional, sem que esteja completamente definido em que situações e como se aplicam, estão indicadas como substitutos do valor acrescentado as variáveis: valor bruto da produção, o volume de negócios, as remunerações, o emprego e as horas trabalhadas.

As variáveis alternativas não permitem nem o rigor nem a estabilidade da classificação da unidade dadas pelo valor acrescentado. A escolha alternativa ao valor acrescentado não altera os métodos definidos para determinar a actividade principal, funcionando apenas como operação de aproximação ao valor acrescentado.

O quadro comunitário para a definição da actividade principal apresenta-se, pela sua complexidade, flexível, devendo, na adopção da CAE-Rev.3, para assegurar a continuidade dos procedimentos anteriores, utilizar-se as variáveis habituais (volume de negócios/vendas e pessoal ao serviço), sem perder de vista o evoluir desta matéria nos quadros europeu e internacional.

A *actividade secundária* corresponde a uma actividade produtora de bens ou serviços para terceiros diferente da actividade principal da unidade.

As actividades principal e secundária são, em geral, exercidas com o apoio de diversas actividades auxiliares (ex: contabilidade, transporte, armazenagem, vendas, reparação, etc.).

As *actividades auxiliares* fornecem bens não duráveis ou serviços como apoio às actividades de produção de uma unidade. Em princípio as actividades auxiliares não entram para a determinação da actividade principal. Uma actividade deve ser considerada como auxiliar se satisfaz as condições seguintes:

- a) produz serviços ou, pontualmente, bens não duráveis;
- b) existe quanto ao tipo e importância em unidades produtoras similares;
- c) serve unicamente a unidade produtora;
- d) concorre para os custos correntes da unidade, ou seja, não gera formação de capital fixo.

Certas actividades exercidas por uma empresa para uso próprio não são actividades auxiliares

- construção por conta própria, por não satisfazer algumas das condições atrás referidas, nomeadamente, a d);
- produção de energia e a investigação por não satisfazerem as condições b) e d);
- produção de bens ou serviços que incorporam o valor dos produtos das actividades principal ou secundárias (ex: caixas para embalagem), por não satisfazer a condição b).

A especificidade destas actividades e a sua importância económica determinam que as unidades (unidades de actividade económica) sejam classificadas de acordo com a sua actividade e não como actividades auxiliares.

9 UNIDADES ESTATÍSTICAS

Por unidade estatística deve entender-se um elemento de um conjunto que se pretende observar ou analisar. As unidades estatísticas constituem, portanto, um elemento fundamental para a organização dos inquéritos, uma vez que é a este nível que se concretiza a classificação, o agrupamento e ordenamento das unidades susceptíveis de aplicação do método de observação.

A unidade estatística é utilizada, principalmente, como unidade de observação e/ou de análise. A unidade estatística de observação define-se como a unidade onde os factos são observados e registados e a unidade de análise coincidente com a unidade de observação ou reconstituída a partir dos dados estatísticos desta unidade, define-se como a unidade adequada à análise dum facto.

Toda a unidade estatística, pelas suas repercussões em termos de observação e análise de resultados, deve ser bem definida e facilmente identificável de forma a garantir uma melhor qualidade da informação.

As unidades estatísticas do sistema produtivo mais utilizadoras desta nomenclatura são as que a seguir se apresentam. Para garantir a comparabilidade a nível comunitário, as definições apresentadas correspondem às aprovadas pelo Regulamento (CEE) n.º 696/93 do Conselho, de 15 de Março, relativo às unidades estatísticas de observação e de análise do sistema produtivo na Comunidade Europeia. Outros detalhes sobre estas unidades poderão ser encontrados neste Regulamento.

EMPRESA:

Corresponde à mais pequena combinação de unidades jurídicas, que constitui uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente, quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais. Uma empresa pode corresponder a uma única unidade jurídica.

UNIDADE INSTITUCIONAL:

É um centro elementar de decisão económica, caracterizado por uma unicidade de comportamentos e uma autonomia de decisão no exercício da sua função principal. Uma unidade diz-se institucional desde que goze de autonomia de decisão (significa que a mesma é responsável pelas decisões e acções que empreende) no exercício da sua função principal e disponha de contabilidade completa (significa que dispõe, simultaneamente, de documentos contabilísticos onde aparece a totalidade das suas operações, económicas e financeiras, efectuadas durante o período de referência das contas e de um balanço dos seus activos e passivos). São consideradas unidades institucionais em termos do SEC:

- Unidade com contabilidade completa e autonomia de decisão
 - a) Sociedade de capital;
 - b) Sociedades cooperativas e de pessoas com personalidade jurídica;
 - c) Empresas públicas dotadas de um estatuto que lhes confere personalidade jurídica;
 - d) Organismos sem fins lucrativos, dotados de personalidade jurídica;
 - e) Organismos administrativos públicos;
- Unidades com contabilidade completa e que, por convenção, têm autonomia de decisão
 - f) quase-sociedades: empresas individuais, sociedades de pessoas, empresas públicas que não as indicadas nas alíneas *a)*, *b)* e *c)*, desde que o seu comportamento económico e financeiro seja diferenciado dos seus proprietários e se assemelhe ao das sociedades de capital;
- Unidades que não têm necessariamente contabilidade e que, por convenção, têm autonomia de decisão
 - g) Famílias;

GRUPO DE EMPRESAS

Reúne empresas ligadas por vínculos jurídico-financeiros. O grupo de empresas pode comportar uma pluralidade de centros de decisão, nomeadamente, no que diz respeito à política de produção, de venda, de benefícios, etc.; pode unificar certos aspectos da gestão financeira e da fiscalidade e efectuar escolhas sobre as unidades a integrar no grupo.

UNIDADE DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (UAE)

Reúne dentro de uma empresa o conjunto de partes que concorrem para o exercício de uma actividade do nível subclasse da CAE-Rev.3. Trata-se de uma unidade que corresponde a uma ou várias subdivisões da empresa, independentemente do local onde é exercida a actividade económica.

UNIDADE DE PRODUÇÃO HOMOGÉNEA (UPH)

É caracterizada por uma actividade única, isto é, por entradas de produtos, um processo de produção e saídas de produtos homogéneos. Os produtos que constituem as entradas e as saídas são eles próprios caracterizados, simultaneamente, pela sua natureza, a sua fase de elaboração e a técnica de produção utilizada, por referência a uma nomenclatura de produtos. A unidade de produção homogénea pode corresponder a uma unidade

institucional ou a uma parte desta, nunca podendo pertencer a duas unidades institucionais diferentes.

UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO)

Corresponde a uma empresa ou parte (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se actividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

UNIDADE DE ACTIVIDADE ECONÓMICA AO NÍVEL LOCAL (UAE LOCAL)

É a parte de uma unidade de actividade económica dependente do nível local.

UNIDADE DE PRODUÇÃO HOMOGÉNEA AO NÍVEL LOCAL (UPH LOCAL)

É a parte de uma unidade de actividade de produção homogénea dependente do nível local.

No quadro seguinte apresenta-se a relação entre actividade e localização das unidades estatísticas acima referidas.

LOCALIZAÇÃO ACTIVIDADE	UM OU MAIS LOCAIS	UM SÓ LOCAL
Uma ou mais actividade	. Empresa . Unidade institucional	. Unidade local
Uma só actividade	. UAE . UPH	. UAE local . UPH local

10 REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES E UNIDADES ESTATÍSTICAS

A CAE-Rev.3 destina-se a classificar as unidades estatísticas, em especial as referidas no ponto anterior, segundo as diferentes actividades económicas, isto é, as actividades socialmente organizadas com vista à produção de bens e serviços. As unidades estatísticas abrangidas pela CAE-Rev.3 cobrem, portanto, todas as unidades independentemente do tipo de economia (mercado, não-mercado, social, etc.).

No caso de uma unidade exercer uma só actividade económica, a actividade principal corresponde à Subclasse CAE-Rev.3 que descreve essa actividade. Se uma unidade estatística tem duas ou mais actividades, a actividade principal é determinada pela Subclasse da CAE-Rev.3 que represente mais de 50 % do valor acrescentado (ou variável ajustada). Sempre que uma Subclasse não atinja este valor, a unidade será classificada pela actividade principal, determinada a partir da aplicação do método descendente ou hierárquico, isto é, a classificação estabelecida ao nível mais elementar da nomenclatura deve ser coerente com os níveis superiores.

O valor acrescentado (diferença entre o valor da produção e os consumos intermédios) é a variável recomendada para classificar as actividades económicas das unidades

estatísticas. Quando não é possível dispor do valor acrescentado, a classificação tem de ser realizada a partir de variáveis substitutas, conforme ficou referido no ponto 8.

A identificação da actividade principal de uma unidade de inquérito com pluriactividades, pelo método descendente, tomando por base o exemplo apresentado no quadro seguinte, em que se distribuiu a % do VAB pelos níveis hierárquicos das várias actividades de uma empresa, com actividades no âmbito das Secções **C** (Indústrias transformadoras), **H** (Transportes e armazenagem) e **I** (Alojamento, restauração e similares) pode ser compreendida a partir da descrição feita a seguir ao quadro.

Secção	Divisão	Grupo	Classe	Subclasse	% do VAB
C	10	106	1062	10620	9
		107	1071	10711	7
				10712	6
	23	108	1082	10822	12
		231	2313	23131	12
				23132	13
H	49	493	4931	49310	12
			4939	49391	13
I	55	552	5520	55202	16

- a) Identificadas as Subclasses CAE-Rev.3 e a sua importância relativa em termos de VAB ou de outra variável ajustada (caso não seja possível utilizar o VAB), determina-se, em primeiro lugar, a importância relativa de cada **Secção**

C 59 % VAB
H 25 % “
I 16 % “

- b) A partir da Secção principal, no caso presente a **C**, determina-se a **Divisão** mais importante dentro desta Secção

10 34 % VAB
23 25 % “

- c) Dentro da Divisão mais importante (10) determina-se depois o **Grupo**

106..... 9 % VAB
107..... 13 % “
108 12% “

- d) Dentro do Grupo mais importante (107) determina-se a **Classe** mais importante deste Grupo

1071 13 % VAB

- e) Dentro da Classe determina-se a **Subclasse** que detém a maior percentagem do VAB

107117% VAB
107126 % “

No presente caso a **actividade principal** segundo o método hierárquico (de cima para baixo) é a Subclasse 10711 (7% do VAB), embora a Subclasse 55202 e todas as restantes consideradas (excepto a 10712) apresentem VAB superior. Apesar desta

situação, caso a atribuição fosse efectuada à Subclasse com a percentagem de VAB mais elevada (55202), obter-se-ia uma classificação fora do âmbito da Secção C (59% do VAB).

Este método, como a seguir se refere, requer adaptações pontuais na Secção G (comércio por grosso e a retalho).

Para além destas regras básicas outros aspectos importa ter em conta para atribuição harmonizada da classificação económica às Unidades Estatísticas.

No caso de **integração vertical** de actividades na mesma unidade estatística, quer dizer actividades em que as diferentes fases de produção são sucessivamente efectuadas por diferentes partes da mesma unidade e em que os produtos de uma correspondem aos consumos da outra (ex: fabricação de fibras e de têxteis) a unidade deve ser classificada na actividade que mais contribui para o valor acrescentado dos bens ou serviços produzidos, de acordo com o método descendente atrás definido. As actividades parcialmente integradas, isto é, uma parte destina-se a venda e outra à alimentação da cadeia produtiva da unidade, devem ser também devidamente ponderadas na atribuição da classificação económica à unidade.

Em muitas situações e em particular quando existem duas actividades integradas verticalmente, a actividade integrada (a montante) determina a actividade principal, considerando-se a actividade integrante (a jusante) como secundária, por ser declaradamente de menor importância em termos de valor acrescentado ou variável equivalente. Estas situações aplicam-se em particular na Secção A (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas) onde não é fácil decompor o valor acrescentado (ex: quando a unidade produz vinho a partir de uvas de produção própria) e nestes casos é necessário recorrer a uma variável substituta do valor acrescentado (para a Secção A está recomendado o número de horas trabalhadas) onde, regra geral, leva a que as unidades sejam classificadas no âmbito da Agricultura.

Para as unidades com actividades integradas, envolvendo sectores muito diversos (normalmente Secções diferentes da CAE-Rev.3), as notas explicativas da CAE-Rev.3 estabelecem, em muitos casos, regras particulares de classificação.

Na integração horizontal, em que factores de produção são comuns a várias actividades, deve ser aplicado o método descendente com as mesmas precauções das outras situações.

As unidades que se dedicam principalmente à **instalação ou montagem** num local classificam-se da seguinte forma:

- Instalação ou montagem em edifícios (ex: equipamento para aquecimento, gás, electricidade, elevadores, janelas) classificam-se na Divisão 43;
- Instalação ou montagem de máquinas e de equipamentos, não relacionadas com o funcionamento dos edifícios ou obras de engenharia civil, classificam-se no Grupo 332;
- Instalação de bens (ex: electrodoméstico) pelo próprio estabelecimento comercial ou industrial, executada numa base de assistência ao cliente reveste, regra geral, a natureza de actividade auxiliar.

As unidades que fazem **reparação ou manutenção** são classificadas de acordo com o tipo de bem, como a seguir se refere:

- Reparação ou manutenção de produtos metálicos, máquinas e equipamentos (Grupo 331);
- Reparação e manutenção de aviões, barcos e material de caminho de ferro (Grupo 331);
- Reparação ou manutenção de equipamentos afectos ao funcionamento de edifícios (Divisão 43);
- Reparação de veículos a motor (Grupo 452);
- Reparação de computadores, de bens pessoais e domésticos (Divisão 95).

As unidades que realizam actividades numa base de contrato ou à tarefa ou de subcontratação, também designadas como actividades executadas por conta de terceiros, com uma importância económica crescente e envolvendo cada vez mais a generalidade dos sectores das actividades económicas, necessitam também de uma particular atenção neste contexto.

A **subcontratação** (acordo entre uma unidade A, que solicita a realização de uma determinada actividade à unidade B e que executa a actividade numa base de contrato ou à tarefa) pode ocorrer no mesmo território ou em diferentes territórios económicos não sendo estes factos relevantes para a classificação das unidades em situação de subcontratação.

Apesar da classificação das actividades realizadas por conta de terceiros, numa base de contrato ou à tarefa, ter sofrido alterações pontuais em relação à classificação precedente, a regra básica mantém-se no essencial na CAE-Rev.3.

Algumas alterações que a seguir se apresentam procuram reflectir a harmonização com a NACE-Rev.2 (correspondendo mais a uma convergência virtual do que real em termos de presente), por não terem sido estabelecidas a partir de estudos consistentes nem aplicadas na reconversão da CAE-Rev.2.1 para a CAE-Rev.3.

A nova realidade internacional em matéria de classificação das actividades realizadas numa base de contrato ou tarefa aponta para que as unidades sejam, regra geral, classificadas nas mesmas actividades das unidades que produzem os bens ou serviços por conta própria. Constituem excepção a esta regra, as actividades do comércio (de acordo com os princípios e as notas explicativas da Secção G) e da construção (em que os proprietários das obras serão classificados na Subclasse 41100 e as unidades que realizam as actividades em regime de subcontratação na Subclasse 41200).

Na indústria transformadora, muitas actividades executadas por contrato ou à tarefa, são realizadas a partir de especificações técnicas ou da entrega de material (matéria prima ou bens intermédios) por parte das unidades que promovem os contratos (unidades proprietárias de bens). Estas actividades transformadoras podem incluir o processo completo ou parte e têm natureza muito diversa (fundição, cromagem, fabricação de equipamentos, acabamento de produtos, etc.).

De acordo com as novas regras internacionais, as unidades que promovem a subcontratação só serão classificadas no âmbito da indústria transformadora quando:

- A subcontratação envolve apenas uma parte do processo de transformação;
- A subcontratação completa do processo de transformação envolver a entrega de material (matérias-primas, bens intermédios, etc.) a utilizar no processo de transformação.

Em todas as outras situações as unidades que subcontratam a transformação serão classificadas noutras Secções (G, M, N, etc.) de acordo com o valor acrescentado (ou variável substituta) predominante.

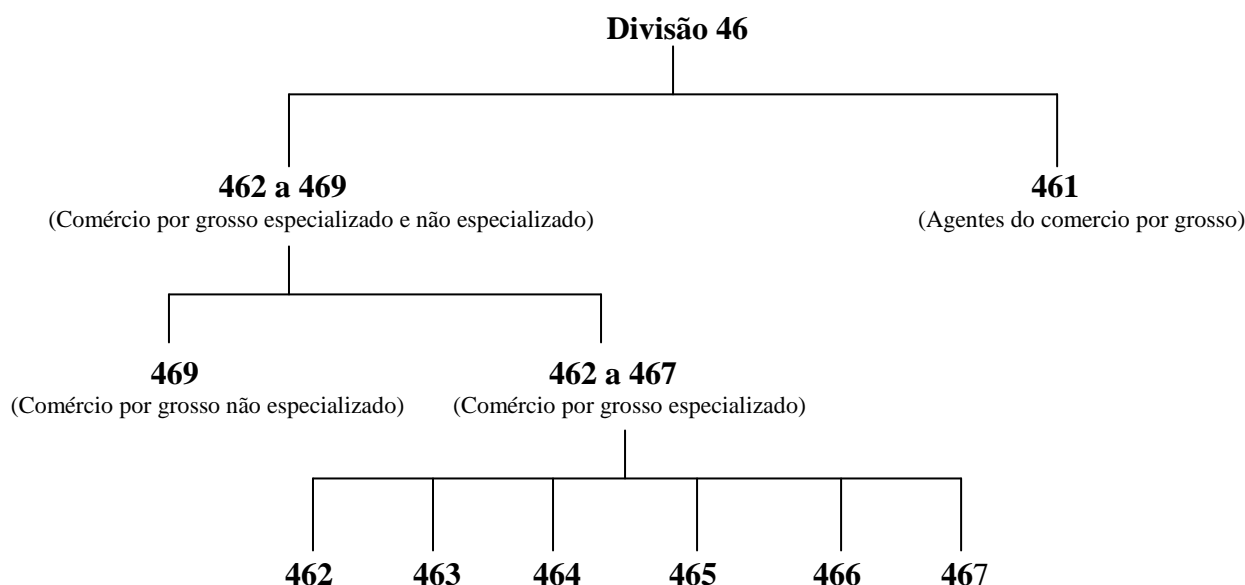
O recurso crescente, em muitos sectores de actividade, a unidades que fornecem apenas trabalho (mão de obra, etc.), denominadas vulgarmente como agências de emprego, determinou também o estabelecimento de regras a nível europeu para classificar a subcontratação do trabalho. Em todas as situações de subcontratação de trabalho, a classificação deve ter presente, em primeiro lugar, se o trabalho tem carácter regular ou temporário e, em segundo lugar, se quem fornece o trabalho serve só uma ou mais do que uma unidade promotora da subcontratação. A partir destes princípios foram estabelecidas as seguintes regras de classificação:

- Se uma unidade fornece **trabalho temporário** a uma só unidade, as duas unidades devem ser classificadas na mesma Subclasse de acordo com a actividade exercida, no âmbito da indústria transformadora ou de qualquer outra Secção;
- Se uma unidade fornece **trabalho temporário** a mais do que uma unidade, a unidade fornecedora de trabalho temporário deve ser classificada na Subclasse 78200 e as unidades promotoras da subcontratação serão classificadas nas Subclasses da CAE-Rev.3, de acordo com as actividades exercidas por estas unidades;
- Se uma unidade fornece **trabalho regular** a uma só unidade, as duas unidades devem ser classificadas na mesma Subclasse, de acordo com a actividade exercida;
- Se uma unidade fornece **trabalho regular** a mais do que uma unidade (com a mesma actividade ou actividades similares), a unidade fornecedora de trabalho regular deve ser classificada na mesma Subclasse das unidades promotoras da subcontratação;
- Se uma unidade fornece **trabalho regular** a mais do que uma unidade (com diferentes Subclasses da CAE-Rev.3), a unidade fornecedora de trabalho regular deve ser classificada na Subclasse 78300.

No âmbito da Secção G (*Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*) importa ter em atenção alguns aspectos particulares:

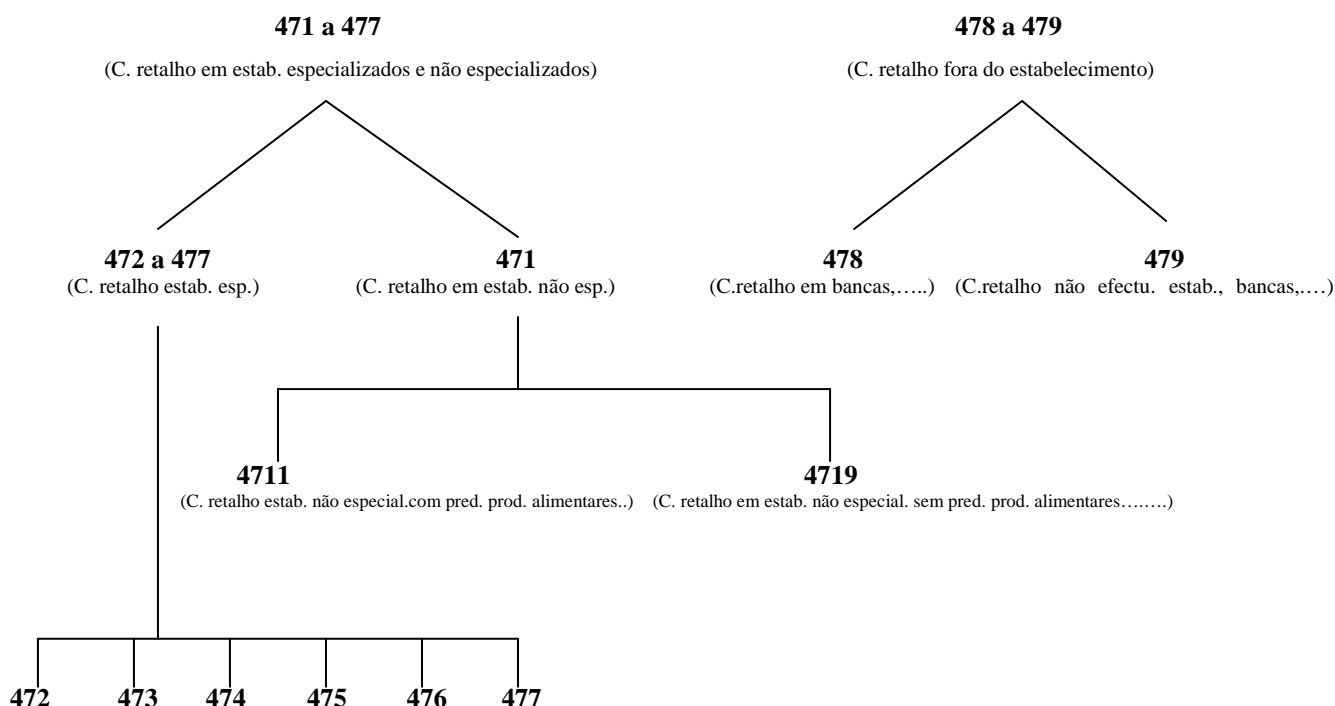
1. O comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos constitui uma Divisão (45) à parte dos comércios por grosso e a retalho. Se nenhuma Classe incluída nesta Divisão representar 50% ou mais do valor acrescentado, deve ser aplicado o método descendente para determinar a actividade principal.
2. Na Divisão 46 (Comércio por grosso), excepto de veículos automóveis e motociclos), o Grupo 461 corresponde aos agentes do comércio por grosso e os restantes Grupos (462 a 469) ao comércio por grosso dos produtos por conta da unidade. Por isso, a primeira decisão a tomar é a escolha da actividade principal, entre as duas possibilidades, na base do valor acrescentado.
3. Se a actividade principal pertencer aos Grupos (462 a 469) é necessário decidir se a actividade principal, seguindo o método descendente, cai no comércio por grosso especializado (Grupos 462 a 467) ou no Grupo 469 (Comércio por grosso

não especializado), conforme se apresenta no diagrama seguinte para a Divisão 46.



4. O detalhe posterior ao Grupo tem por base a gama de produtos comercializados, aplicando o método descendente para determinar a Classe principal da unidade.
5. Na Divisão 47 (Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos) o nível de agregação dos Grupos corresponde ao comércio a retalho feito em estabelecimentos (Grupos 471 a 477) e ao comércio a retalho fora de estabelecimentos (478 e 479). Por isso, a primeira decisão a tomar a nível desta Divisão é a escolha da actividade principal das duas possibilidades, numa base do valor acrescentado.
6. Se a actividade principal pertencer aos Grupos 471 a 477 é necessário decidir se a actividade principal, seguindo o método descendente, cai no âmbito do comércio a retalho em estabelecimentos especializados (Grupos 472 a 477) ou no comércio a retalho em estabelecimentos não especializados (Grupo 471).
7. Se a actividade principal pertencer ao Grupo 471 (Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados) há que determinar, pelo método descendente, se o comércio a retalho em estabelecimentos não especializados é de predominância de produtos alimentares (Classe 4711) ou sem predominância de produtos alimentares (Classe 4719).
8. Se a actividade principal pertencer ao comércio a retalho em estabelecimentos especializados (Grupos 472 a 477) é necessário escolher o Grupo principal e depois a Classe, aplicando o método descendente, conforme se apresenta no diagrama seguinte para a Divisão 47 (Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos):





9. O detalhe inferior ao Grupo tem por base a gama de produtos comercializados, aplicando o método descendente para determinar a Classe principal da unidade.
10. Tanto no comércio por grosso como no comércio a retalho, a distinção entre **comércio especializado** e **comércio não especializado** tem em conta o número de classes e o valor acrescentado de cada classe.
11. Face ao referido no ponto anterior, uma vez determinada a gama de produtos, a atribuição da classificação deve efectuar-se de acordo com as seguintes regras:
 - a) Se as mercadorias comercializadas estiverem compreendidas exclusivamente numa Subclasse da CAE-Rev.3 esta determina a classificação da unidade;
 - b) As unidades com um valor acrescentado (ou variável equivalente) numa Classe da CAE-Rev.3 igual ou superior a 50% classificam-se no âmbito do comércio especializado (comércio por grosso e a retalho);
 - c) Sempre que as mercadorias comercializadas se repartem até quatro classes¹ do comércio especializado por grosso e a retalho, sem que qualquer delas atinja um valor igual ou superior a 50% do valor acrescentado e cada uma apresente 5% ou mais, a unidade deverá ser sempre classificada no âmbito do comércio especializado (grosso e a retalho).

No quadro seguinte apresentam-se alguns exemplos de aplicação prática:

Classe	Unidade A	Unidade B
4721	30%	30%

4725	5%	15%
4762	45%	40%
4775	20%	15%

Na unidade A, a actividade principal, aplicando o método descendente é a Classe 4762 e na unidade B a Classe 4721.

12. Se as mercadorias comercializadas se repartem por cinco ou mais classes¹ do comércio especializado (grosso e a retalho), representando cada uma 5% ou mais do valor acrescentado mas não contribuindo qualquer delas com 50%, a unidade será classificada no comércio não especializado (grosso ou a retalho).

No quadro seguinte apresentam-se alguns exemplos de aplicação prática:

Classe	Unidade A	Unidade B
4721	5 %	20 %
4722	10 %	15 %
4742	15 %	10 %
4743	25 %	10 %
4754	45%	45%

Na unidade A, a actividade principal, aplicando o método descendente é a Classe 4719 e na unidade B a Classe 4711.

13. Toda a unidade classificada no comércio a retalho em estabelecimentos não especializados (Grupo 471), em que os produtos alimentares, bebidas e tabaco representam, no mínimo 35 % do valor acrescentado, será classificada na Classe 4711 (Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco) e a partir desta Classe na Subclasse ajustada. Os restantes estabelecimentos do comércio a retalho não especializado classificam-se na Classe 4719 (Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco).

11 MUDANÇA DE ACTIVIDADE DAS UNIDADES ESTATÍSTICAS

A actividade principal de uma unidade estatística, determinada seguindo as regras descritas no ponto anterior ou outras, pode mudar brusca ou progressivamente, dentro dum período de tempo mais ou menos curto, por razões muito diversas.

Embora a classificação económica de cada unidade estatística deva estar sempre actualizada por ser um elemento fundamental para a melhoria da qualidade da informação por ramo de actividade é por vezes necessário evitar que a actividade principal seja frequentemente alterada, sobretudo quando se utilizam critérios que não garantem uma certa estabilidade da classificação.

¹ Não se adoptou a Subclasse para garantir a comparabilidade com a NACE-Rev.2.

A mudança de actividade de uma unidade é importante para a estatística desde que seja feita em períodos bem determinados (ex: no início de realização de um inquérito) e garantam a comparabilidade de resultados de inquéritos de periodicidade diferente relativamente ao mesmo ano de referência.

Embora não exista no plano comunitário nem possa ser criada no plano nacional uma regra que dê uma certa estabilidade ao código da actividade principal duma unidade estatística, as mudanças de actividade devem ser analisadas e decididas casuisticamente, parecendo razoável que, na ausência de uma informação precisa e tratando-se de actividades susceptíveis de oscilações frequentes, a mudança de código de actividade só deve ocorrer após se ter a informação de que a unidade exerce uma nova actividade principal há pelo menos dois exercícios. Por exemplo, se a unidade exerce duas actividades, ambas com 50% do valor acrescentado, a escolha da actividade principal deve ser decidida com a colaboração da unidade e a mudança de actividade terá de ser concretizada após a definição de uma tendência clara da evolução do valor acrescentado para salvaguarda da regra da estabilidade da classificação.

12 ASPECTOS RELEVANTES A NÍVEL DAS GRANDES CATEGORIAS (SECÇÃO)

Neste ponto pretende dar-se uma visão sintética dos aspectos mais relevantes de cada Secção, de forma a permitir um melhor conhecimento e interpretação da CAE-Rev.3. As notas explicativas ainda que abundantes e com algum detalhe em certas Subclasses, não se substituem às observações a seguir apresentadas, constituindo-se mesmo como um complemento necessário.

Secção A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

- A CAE-Rev.3 passou a incluir na mesma Secção a agricultura e a pesca, ao contrário da CAE-Rev.2.1 em que constituem Secções independentes;
- A actividade agrícola compreende a produção agrícola e animal, quer em termos de bens, quer de serviços específicos das actividades desta Secção;
- As unidades agrícolas de produção mista classificam-se de acordo com a sua actividade principal, enquanto que para as unidades de exploração agrícola e animal em regime de associação é necessário determinar previamente um rácio de especialização. As cooperativas agrícolas são classificadas em função da sua actividade principal;
- A Pesca compreende, para além da actividade da pesca, a apanha de algas e de outros produtos de águas marítimas e interiores e a aquicultura de espécies piscícolas e afins em regime controlado;
- As unidades prestadoras de serviços às actividades da pesca classificam-se nas Subclasses donde decorre a produção física dos bens;
- As unidades produtoras de vinho ou outro produto agrícola transformado a partir de actividades agrícolas a montante (ex: cultura da vinha) são classificadas, regra geral, na Agricultura.

Secção B - Indústrias Extractivas

- Além da extracção dos produtos em natureza (sólidos, líquidos e gasosos), esta Secção compreende alguma beneficiação feita no local da extracção;

- A refinação do sal, a aglomeração de carvões e de minérios, associadas ou independentes da extracção, passaram para o âmbito da indústria transformadora na CAE-Rev.3;
- Esta Secção, apesar de não manter as duas Subsecções (extracção de produtos energéticos e extracção de produtos não-energéticos), permite assegurar a nível da Divisão o mesmo tratamento estatístico para a área da energia.

Secção C - Indústrias Transformadoras

- Esta Secção deixou de incluir o nível Subsecção, apresentado as novas Divisões criadas ou reorganizadas (ex: 31 – Fabricação de mobiliário e colchões) melhorias acrescidas em termos de homogeneidade;
- A maioria das Divisões da Secção D (Indústrias transformadoras) da CAE-Rev.2.1 permanece no âmbito da Secção C (Indústrias transformadoras) da CAE-Rev.3, excepto as Divisões 22 (Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados) e 37 (Reciclagem) em que parte significativa do seu âmbito passou, respectivamente, para a Secção J e Secção E;
- A reparação e a instalação de máquinas e de equipamento, que na CAE-Rev.2.1 pertenciam ao âmbito das actividades de fabricação do respectivo equipamento, constituem na CAE-Rev.3 a Divisão 33 (Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos);
- A reconstrução e a conversão de embarcações, aeronaves e de material circulante para caminhos-de-ferro classificam-se nas Subclasses que os produzem;
- As indústrias transformadoras produzem bens e serviços. Os serviços industriais importantes e executados por conta de terceiros, encontram-se individualizados em actividades.

Secção D – Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

- Esta Secção apresenta-se como uma parte importante da área energética, encontrando-se as partes restantes na Secção B (extracção do carvão, petróleo, urânio e gás) e Secção C (fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados, combustível nuclear e aglomerados combustíveis);
- Compreende, além da produção e distribuição de electricidade e gás, alguns serviços específicos (ex: comércio de electricidade, comércio de gás por condutas) e a produção de gelo, de vapor de água quente;

Secção E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição

- Esta Secção resulta da agregação de partes de Secções da CAE-Rev.2.1, em particular da Divisão 37 da Secção D, Divisão 41 da Secção E e Divisão 90 da Secção O;
- Além da captação, tratamento e distribuição de água, compreende a recolha, tratamento, eliminação, desmantelamento, descontaminação e valorização de resíduos.

Secção F - Construção

- A actividade de construção engloba a construção propriamente dita e a demolição ("desconstrução"), no âmbito da construção de edifícios e da engenharia civil, sendo as obras o resultado de actividades diversas;

- Nem todas as actividades que concorrem para a edificação de tais obras estão compreendidas no âmbito desta Secção (ex: fabricação de materiais de construção, montagem ou instalação de equipamentos industriais que se classificam na Secção C). A montagem ou instalação de equipamentos concebidos para que um edifício funcione como tal (ex: instalação eléctrica) pertence ao âmbito da Construção;
- Esta Secção inclui a promoção imobiliária que na CAE-Rev.2.1 pertencia a uma outra Secção (Secção K).

Secção G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos

- Esta Secção engloba todas as formas de comércio e a reparação de veículos automóveis e motociclos. As Divisões desta Secção compreendem o comércio, reparação e manutenção de veículos automóveis e motociclos (Divisão 45), o comércio por grosso e seus agentes (Divisão 46) e o comércio a retalho (Divisão 47);
- Os agentes do comércio por grosso têm Subclasses específicas na Divisão 46 para a sua classificação, enquanto os agentes do comércio a retalho não efectuado em estabelecimentos são classificados na Subclasse 47990;
- Certas categorias de produtos, pela sua especificidade em termos de comércio, não são classificados no comércio a retalho, não existindo por tal facto um paralelismo entre as Divisões 46 e 47;
- No comércio a retalho, os Grupos 478 e 479 tratam do comércio não efectuado em estabelecimentos (correspondência, Internet, bancas, feiras, distribuição automática, etc.) e os grupos 471, 472, 473, 474, 475, 476 e 477 correspondem ao comércio a retalho efectuado em estabelecimentos. O Grupo 471 respeita ao comércio não-especializado (de predominância alimentar ou não) e os Grupos 472, 473, 474, 475, 476 e 477 referem-se ao comércio especializado (alimentar ou não);
- A reparação de bens de uso pessoal e doméstico foi transferida da Secção do comércio na CAE-Rev.2.1 para a Secção S (Outras actividades de serviços) da CAE-Rev.3.

Secção H – Transportes e armazenagem

- O transporte pode resultar de uma prestação colectiva ou individualizada (ex: táxi), assim como o aluguer com condutor de um meio de transporte;
- Esta Secção inclui, para além do transporte propriamente dito, um conjunto vasto de actividades mais ou menos associadas ao transporte (armazenagem, manuseamento de carga, gestão de infraestruturas de transportes, organização do transporte, etc.), as actividades postais e de courier;
- As actividades das telecomunicações e das agências de viagem que na CAE-Rev.2.1 estavam ligadas à Secção dos transportes passaram para o âmbito, respectivamente, da Secção J e da Secção N, na CAE-Rev.3.

Secção I – Alojamento, restauração e similares

- O alojamento classificado nesta Secção corresponde ao alojamento de curta duração e engloba, quer as unidades hoteleiras, quer outros locais de curta duração;
- A restauração (restaurantes e similares) compreende os restaurantes propriamente ditos, casas de pasto, estabelecimentos de bebidas e similares em que a alimentação

e as bebidas são consumidas, regra geral, no próprio local, assim como cantinas e fornecimentos de refeições ao domicílio (catering);

Secção J - Actividades de informação e de comunicação

- Esta Secção resultou da agregação de Divisões de várias Secções da CAE-Rev.2.1, em particular, Divisão 22 (Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados) da Secção D, Divisão 64 (Telecomunicações) da Secção I, Divisão 72 (Actividades informáticas e conexas) da Secção K, 74 (outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas) da Secção K e 92 (Actividades recreativas, culturais e desportivas) da Secção O;
- Esta nova Secção (Secção J) permite uma melhor organização da informação estatística para um conjunto de actividades quer pela sua homogeneidade, quer pela sua relevância económica.

Secção K - Actividades financeiras e de seguros

- As actividades financeiras incluem as unidades de intermediação monetária (banca em sentido geral), as unidades de intermediação financeira (actividades financeiras realizadas por entidades diferentes das instituições monetárias), seguros, fundos de pensões e actividades auxiliares de intermediação financeira, de seguros e de fundos de pensões;
- De salientar em relação à CAE-Rev.2.1 a criação das Classes, decorrentes da NACE-Rev.2, 6420 (Actividades das sociedades gestoras de participações sociais) e 6430 (Trufts, fundos e entidades financeiras similares).

Secção L - Actividades Imobiliárias

- Esta Secção passou a incluir só as actividades imobiliárias (ex: compra, venda, arrendamento, administração e mediação imobiliária);
- A promoção imobiliária passou para o âmbito de Secção F (Construção);
- A limitação do âmbito desta Secção às actividades imobiliárias decorre da sua importância para efeitos de Contas Nacionais.

Secção M – Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

- Esta Secção resultou da agregação de Divisões da Secção K da CAE-Rev.2.1, em particular das Divisões 73 (Investigação e desenvolvimento) e 74 (Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas), cobrindo um conjunto de actividades com um elevado nível de especialização e de conhecimentos;
- As actividades veterinárias (Divisão 85 na CAE-Rev.2.1) passaram a integrar esta Secção;
- Esta Secção permite uma melhor organização da informação estatística para um conjunto de actividades de elevada importância económica e alto grau de homogeneidade.

Secção N – Actividades administrativas e dos serviços de apoio

- Esta Secção resultou da agregação da Classe 6330 (Agências de viagens e de turismo e de outras actividades de apoio turístico) da Secção I e de Divisões da Secção K da CAE-Rev.2.1, em particular das Divisões 71 (Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e bens pessoais e domésticos) e 74 (Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas), englobando um conjunto de actividades de apoio geral às operações das empresas e que incidem sobre a transferência de conhecimento especializado;
- Esta Secção permite uma melhor organização da informação estatística para as actividades aqui incluídas e que têm um elevado grau de homogeneidade entre si.

Secção O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória

- O conceito de Administração Pública é entendido como o conjunto de actividades de regulamentação e apoio à gestão de actividades que, pela sua natureza, não podem exercer-se numa base de mercado;
- O estatuto jurídico ou institucional não é determinante para classificar nesta Secção as unidades do "tipo administrativo". Há actividades (ex: ensino, saúde) que não pertencem ao âmbito desta Secção, ainda que a Administração Pública desenvolva estas actividades num nível mais ou menos elevado;

Secção P - Educação

- Esta Secção compreende, para além do ensino a todos os níveis e formas, as actividades dos institutos e das academias militares, escolas de condução, formação profissional e de ensino artístico;
- Esta Secção passou a incluir os serviços de apoio às actividades educativas.

Secção Q – Actividades de saúde humana e apoio social

- As actividades dirigidas à saúde humana (hospitalares, liberais, paramédicas, etc.), exercidas em regime de internamento ou ambulatório, com ou sem fim lucrativo, estão definidas nesta Secção;
- No âmbito do apoio social estão incluídas as actividades dos serviços dos equipamentos sociais, públicos ou privados, com ou sem alojamento;
- As actividades veterinárias deixaram de incluir esta Secção, passando para o âmbito da Secção M (Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares).

Secção R – Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas

- Esta Secção inclui actividades culturais, recreativas, desportivas e artísticas;
- Esta Secção apresenta-se mais homogénea do que a Secção da CAE-Rev.2.1 onde estavam compreendidas estas actividades.

Secção S – Outras Actividades de serviços

- Esta Secção inclui actividades associativas e a reparação de bens de uso pessoal e doméstico;
- Compreende as actividades dos serviços pessoais não incluídos noutras Secções.

Secção T – Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio

- Compreende as actividades dos empregados domésticos enquanto trabalhadores das famílias e produção de bens e serviços para uso próprio das famílias.

Secção U – Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

- Esta secção inclui as actividades das organizações internacionais, embaixadas, consulados e de outras instituições extraterritoriais, com imunidade diplomática, estabelecidas em Portugal.

13 REGRAS GERAIS DE COMPREENSÃO

Como já foi referido no ponto 7 (Delimitação de âmbito), a estruturação dos níveis da CAE-Rev.3 obedeceu a vários critérios, de capital importância para a determinação do grau de afinidade das actividades das unidades produtivas, assim como das suas correlações no contexto económico geral.

As várias categorias da CAE-Rev.3 foram criadas porque se revelaram de interesse particular, quer para estruturação da informação estatística comunitária, quer nacional.

As designações e as notas explicativas correspondentes procuram dar o entendimento dos aspectos mais importantes cobertos por cada categoria, dentro dos princípios (nem sempre fáceis de aplicar) subjacentes à elaboração dum documento desta natureza (designações curtas, notas explicativas suficientes e objectivas).

As notas explicativas foram construídas para os vários níveis da CAE-Rev.3 tendo sido dada uma atenção particular à Subclasse, por ser o nível elementar e consequentemente onde o grau de homogeneidade é mais difícil de alcançar.

Para uma boa compreensão e correcta utilização da CAE-Rev.3 é necessário fazer uma leitura de toda a hierarquia da nomenclatura, uma vez que as notas explicativas apresentadas para a Secção ou Divisão (de natureza muito geral) não são apresentadas a nível da Classe ou Subclasse.

A nota explicativa, de forma a precisar com um certo rigor os "limites" de cada actividade, apresenta-se, regra geral, dividida em duas partes:

- Uma relativa à parte compreendida em cada actividade, geralmente iniciada com "Compreende as actividades..." ou "Compreende, nomeadamente, ...";
- A outra relativa às exclusões (subordinada à expressão "Não inclui:"), isto é, referência às actividades ou produtos que suscitam mais dúvidas com a actividade em questão, remetendo-os para as categorias ajustadas.

As notas explicativas procuram precisar o conteúdo central de cada categoria e contêm, em algumas situações pontuais, regras relativas à classificação das unidades.

Para diversas categorias, quer por se considerarem suficientemente compreensíveis, quer por não ter sido possível alcançar os consensos necessários, não são apresentadas notas explicativas.

14 DEFINIÇÕES E CONCEITOS COM INTERESSE ESPECÍFICO

Neste ponto apresentam-se definições de alguns conceitos e termos utilizados na CAE-Rev.3, no intuito de proporcionar ao seu utilizador um maior rigor na sua interpretação.

As definições apresentadas podem não ser compatíveis com outras para os mesmos conceitos ou termos utilizados noutros contextos.

Bem

- Objecto material (bem/mercadoria) produzido e que pode ser objecto de transacções comerciais.

Bens de capital

- Bens (máquinas, edifícios, etc.), utilizados para a produção de bens e de serviços, em que o ciclo de produção é, regra geral, superior a um processo produtivo. Os terrenos não são geralmente considerados como bens de capital.

Bens e serviços comercializáveis

- Bens e serviços vendidos segundo as regras do mercado.

Bens e serviços não comercializáveis

- Bens e serviços vendidos a preços reduzidos ou distribuídos gratuitamente.

Indústria transformadora

- Todas as actividades económicas incluídas no âmbito da Secção C, envolvendo a produção de bens de consumo, de bens intermédios e de investimento.

Locação Financeira

- Forma especial de concessão de crédito.

Processo Industrial

- Processo de transformação (físico, químico, manual, etc.) utilizado na fabricação de novos produtos (bens de consumo, intermédios ou de investimento) e na prestação de serviços industriais, definidos no âmbito das Secções B, C, D, E e F.

Produção

- Actividade que tem como resultado um produto. Abrange todas as actividades económicas. A noção de produção pode ser dada por outros termos (ex: fabricação, processamento, etc.).

Produção comercializável e não comercializável

- A produção comercializável é vendida segundo as regras do mercado, enquanto a não comercializável pode ser distribuída gratuitamente ou a preços reduzidos. A produção comercializável e não comercializável dependem, regra geral, da entidade financiadora.

Produto

- Resultado de uma actividade económica, aplicado a bens e serviços. Os bens e serviços são comercializáveis ou utilizados como consumo final, consumo intermédio ou como investimento.

Produto Acabado

- Produto com o processamento concluído.

Produto Secundário Exclusivo

- Produto tecnologicamente ligado à produção de outros bens da categoria e não produzido noutra categoria (ex: melaços/produção de açúcar).

Produto Secundário Comum

- Produto tecnologicamente ligado à produção de outros bens e que é produzido em várias categorias (ex: hidrogénio produzido no âmbito da química de base e na refinação de petróleo).

Produto Semi-Acabado

- Produto que sofreu um processamento e necessita de novo processamento para posterior utilização (ex: moldes em bruto vendidos por uma unidade e acabamento noutra unidade).

Transformação

- Processo que modifica a natureza, composição ou forma das matérias-primas e dos produtos semi-acabados, a fim de se obterem novos produtos.

Tratamento

- Processo destinado a proteger ou conferir certas propriedades ou de evitar quaisquer efeitos prejudiciais para certos produtos que, de outro modo, poderiam resultar da sua aplicação (ex: tratamento da madeira, culturas, detritos, etc.).

Reciclagem

- Transformação de desperdícios e detritos em condições de poderem ser utilizados num processo produtivo.

Recuperação

- Actividade de triar resíduos, com ou sem tratamento prévio, com objectivo da sua reciclagem, reemprego ou reutilização.

Serviço

- Resultado não material de uma actividade económica para satisfação de necessidades específicas.

Serviços industriais

- São, por definição, serviços que constituem saídas características das indústrias transformadoras e em grande parte são consumidos por estas actividades.

Valor Acrescentado Bruto

- Valor da produção bruta deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo.

15 QUADRO DE APLICAÇÃO E DE GESTÃO

A necessidade de harmonização das políticas económica e social a nível comunitário e a criação de condições para um reforço da cooperação entre os Estados-membros e os outros blocos económicos constituíram os fundamentos para a concepção da NACE.Rev.2 e para a aprovação do Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro, cujo texto constitui anexo desta Classificação. Este Regulamento constitui o quadro de referência para uma aplicação e gestão coordenadas da NACE-Rev.2 e das nomenclaturas nacionais dela derivadas ou relacionadas.

O Decreto-Lei relativo à CAE-Rev.3, em anexo, constitui o quadro normativo para a sua aplicação e gestão a nível nacional.

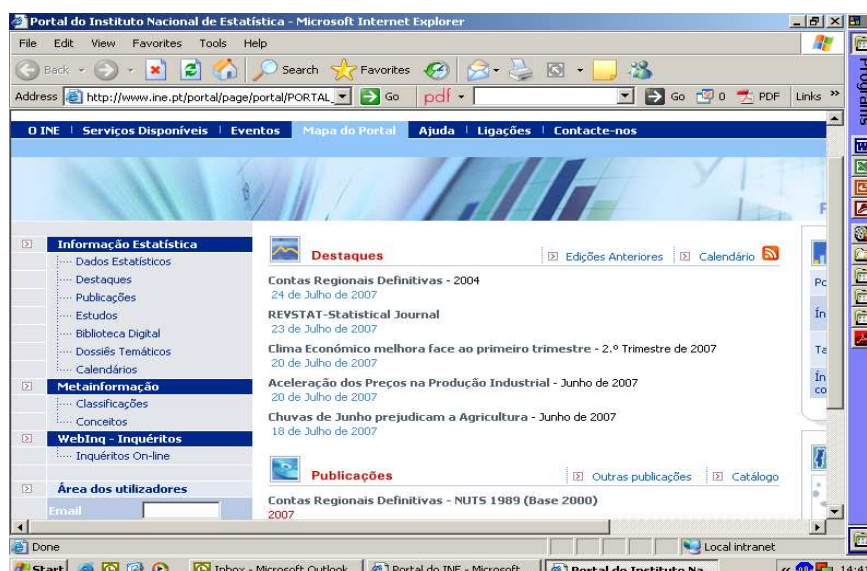
As ligações estreitas entre a NACE-Rev.2 e a CAE-Rev.3, quer decorrentes dos princípios estabelecidos no Regulamento da NACE, quer da metodologia adoptada na codificação da CAE-Rev.3, permitem concluir que as actualizações e os desenvolvimentos futuros da CAE-Rev.3 estão, em larga medida, condicionados pela evolução da NACE-Rev.2.

As interdependências criadas entre a CAE e a NACE, bem como as outras classificações e nomenclaturas, determinaram a criação no INE de um Sistema Integrado de Nomenclaturas Estatísticas (SINE).

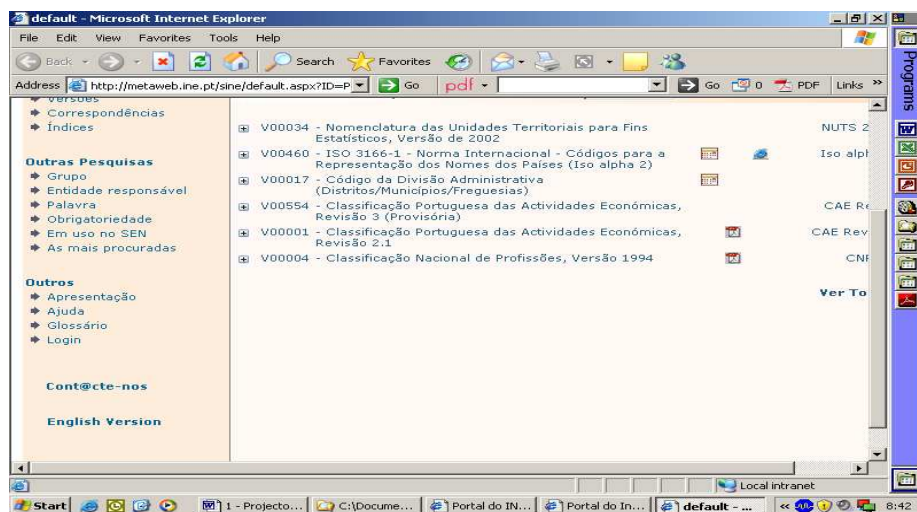
O SINE corresponde na prática a um sistema de gestão, apoiado nas modernas tecnologias, permitindo, em síntese, o carregamento, o relacionamento, a actualização e a edição das nomenclaturas.

A disponibilização do SINE representa um "valor acrescentado" importante no apoio aos sistemas estatísticos, quer em termos de potenciação de sinergias, quer de eficácia da coordenação estatística.

Para consultar o SINE, onde encontrará informação sobre esta classificação, deve entrar no site do INE (www.ine.pt) e clicar em **Classificações** no ecrã de que a seguir se apresenta uma imagem.



No ecrã seguinte clicar depois em Classificação Portuguesa de Actividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).



A análise das dúvidas e dificuldades surgidas na aplicação da CAE-Rev.3, assim como o estudo da sua adaptação à realidade económica nacional, competem ao CSE, devendo, para o efeito, ser apresentadas ao INE (entidade responsável pela edição e coordenação técnica desta Classificação).